



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15737 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

SOBRE A FORMAÇÃO DE MULHERES MILITANTES CONTRA A DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1964-1979)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Hemilly Suenny da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ/Facepe

SOBRE A FORMAÇÃO DE MULHERES MILITANTES CONTRA A DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO (1964-1979)

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar os resultados obtidos no mapeamento dos trajetos (auto)formativos de mulheres presas e/ou perseguidas durante a ditadura militar em Pernambuco. A pesquisa visou compreender os processos de (auto)formação, militância e profissionalização dessas mulheres. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, utilizando prontuários do DOPS/PE e relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Os resultados indicam que a participação feminina desafiou os padrões de gênero tradicionais, desempenhando um papel fundamental na luta por direitos políticos. Essa contribuição foi essencial para a resistência ao regime militar em Pernambuco, preenchendo uma lacuna significativa na historiografia sobre o período. A pesquisa destaca a importância de reconhecer e documentar as experiências dessas mulheres, valorizando suas trajetórias e contribuições na história política do estado.

Palavras Chaves: Formação política, História da educação, regime civil militar.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado "Mapeamento dos percursos (auto)formativos de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime militar em Pernambuco. Este projeto deriva de um projeto de pesquisa em rede intitulado "A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)". O objetivo foi conhecer e compreender os processos de (auto)formação, militância política e profissionalização de mulheres que foram presas e/ou perseguidas politicamente em Pernambuco. Para isso, foi realizado um mapeamento do nome dessas mulheres, visando preencher uma lacuna historiográfica ao documentar seus percursos.

O projeto teve como objetivos identificar nomes, naturalidade, origens sociais, níveis de educação e profissões das presas políticas em Pernambuco durante esse período. No processo metodológico, foi utilizado pesquisa bibliográfica e documental e o uso de fontes como prontuários encontrados no DOPS/PE (Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco) e os relatórios da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, para além de jornais. Teoricamente a pesquisa esteve orientada pela História das Mulheres de Michelle Perrot e George Duby (1991; 1996).

2 DESENVOLVIMENTO

Escrever a história das mulheres no Brasil é uma tarefa desafiadora. Invisíveis durante séculos, as mulheres só começaram a ganhar reconhecimento acadêmico nos anos 1980, quando o tema emergiu como um campo de pesquisa distinto para os historiadores. Por um longo tempo, os estudos de História focavam em fontes e instituições oficiais, predominantemente controladas por homens.

Isso resultou em uma historiografia que frequentemente negligenciava as mulheres. Elas nunca estiveram ausentes da história, mas foram ignoradas pela historiografia oficial, que deixava pouco ou nenhum espaço para as mulheres, a não ser através do imaginário masculino. Segundo Duby (2011), tudo o que é oficial e público na sociedade, como a escrita, era de domínio dos homens. Eles eram os únicos visíveis e acabavam ocultando as mulheres. Embora algumas mulheres tenham escrito e talvez expressado suas opiniões sobre os homens, quase nada da

escrita feminina foi preservado. Assim, a visão do feminino é predominantemente filtrada pelo olhar masculino (DUBY, 2011).

As narrativas históricas raramente mencionavam as mulheres ou reconheciam a existência de um universo feminino significativo e interessante. Segundo a historiadora Michelle Perrot, a memória das mulheres foi relegada ao domínio familiar e privado. Essa ausência de registros sobre as mulheres não apenas silencia suas histórias, mas também distorce a compreensão do passado. Perrot (1989), argumenta que é fundamental buscar novas fontes e metodologias que possam trazer à luz as experiências e perspectivas das mulheres, permitindo uma reescrita da história que inclua todas as vozes e experiências.

A partir da década de 1980, ocorre uma transformação na historiografia tradicional, influenciada pela década anterior, que viu a expansão do pensamento e movimento feminista. Esses fatores possibilitaram um rompimento com a antiga historiografia e trouxeram um novo cenário de busca para explorar a presença feminina no cotidiano social. O mais importante é que, a partir desse momento, as mulheres passaram a ser vistas como sujeitos históricos, uma vez que eram atuantes no processo histórico.

Já no que se refere a produção historiográfica brasileira acerca do período ditatorial, até a década de 1980, poucas eram as pesquisas que abordava uma perspectiva feminina e de atuação durante o regime civil-militar. Os interesses centravam-se nas biografias de figuras masculinas, no contexto econômico e político do país, bem como nos movimentos de contracultura. E embora atualmente a produção histórica tente pluralizar os seus objetos de estudos e permita a compreensão de outras histórias e perspectivas, enfrentar a ditadura militar de 1964-1985 sob a ótica da história das mulheres é um exercício contemporâneo e em construção. Porém, ao analisar as fontes sobre a ditadura civil militar e a participação feminina de esquerda, fica evidente que as mulheres se fizeram presentes e atuantes contra o sistema. Suas atuações foram contundentes e vão desde a transmissão de informações entre os militantes, oferecendo abrigo, escondendo armas, objetos e documentos, entregando mensagens para membros de grupos clandestinos, passando pela realização de atividades políticas partidárias até a luta armada.

Segundo a historiadora Ana Maria Colling (1997), as mulheres que participavam desses movimentos políticos cometiam um ato ainda mais transgressor, porque além de se rebelar contra o regime golpista vigente, também estava indo contra o papel socialmente destinado à mulher: o de “dona de casa” submissa confinada ao espaço privado. Ou seja, elas “[...] haviam se afastado de seus ‘lugares de esposa e mãe’ e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino” (COMISSÃO NACIONAL DA

VERDADE, 2014, p. 402-404). Essas mulheres, de perfil eminentemente público, iniciaram a sua militância política durante os movimentos estudantis, em partidos de oposição, sindicatos, em movimentos sociais e também na luta armada. Algumas, inclusive, desempenharam funções de coordenação dentro dos partidos e diretórios acadêmicos.

Nesse sentido, é de extrema relevância ressaltar as ações das mulheres que desempenharam papéis nas lutas estudantis, no contexto dos partidos políticos e nos cenários de resistência daquele período, desafiando a concepção enraizada na sociedade de que o papel da "mulher" se restringia ao ambiente doméstico e privado. Dessa forma, projetos como este de iniciação científica englobados por projetos como "A relação mulheres – educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)", desempenham um papel crucial ao proporcionar visibilidade e reconhecimento às experiências dessas mulheres militantes. Projetos como este não apenas preenchem lacunas significativas na historiografia, mas também destacam de maneira inequívoca as contribuições das mulheres em um período marcado por intensa repressão política.

DESENVOLVIMENTO

Em Pernambuco, o regime militar teve um impacto profundo, afetando significativamente a região conhecida por sua tradição de movimentos sociais e políticos. O estado foi palco de intensa repressão aos movimentos sociais, evidenciando a severidade da ditadura. Foram encontradas nos documentos consultados 225 mulheres com o perfil procurado. Entre essas mulheres, 140 possuem informações parciais ou completas conforme requerido para a pesquisa, enquanto 85 mulheres não têm nenhuma informação além de seus nomes. A investigação revelou um perfil eclético das mulheres que resistiram ao regime em Pernambuco, abrangendo idades de 17 a 54 anos de diversos setores da sociedade, como saúde, direito, cultura, educação, movimentos estudantis e ativismo social. Essa diversidade demonstra um amplo engajamento feminino, que, apesar das diferenças de classe social e formação educacional, se uniu na luta contra a repressão estatal.

A investigação observou ainda uma predominância específica nos estados de origem das mulheres presas no Presídio Bom Pastor, localizado no Bairro de Engenho do Meio, em Recife. De acordo com os prontuários criminais, a maioria dessas mulheres eram naturais de Pernambuco, totalizando 49 detentas. A Paraíba seguiu com 20 mulheres, enquanto o Ceará contou com 16. Outros estados também foram representados, embora em menor número: Minas Gerais com 8 mulheres, Alagoas com 6, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro cada um com 4, São Paulo com 5, Sergipe com 2, Pará e Goiás cada um

com 3, Bahia e Piauí cada um com 1.

Entre as mulheres identificadas nas fontes, foi constatada a presença de algumas estrangeiras que também foram presas em Pernambuco. Dentre as nacionalidades encontradas estão Uruguai, Paraguai e República Tcheca, com uma mulher de cada país. Essa diversidade de origens sugere também que o contexto político e social da época que Pernambuco foi um local que essas mulheres estavam presentes por variados motivos, seja como um refúgio para continuar sua militância, seja em busca de educação e oportunidades profissionais na capital pernambucana, seja por terem sido presas em outros estados e transferidas para a DOPS/PE ou terem sido presas por serem militantes atuantes já no Estado.

Em todos os estados brasileiros, existiam órgãos repressores durante o período da ditadura, destacando-se a complexidade da repressão através da análise minuciosa dos prontuários das mulheres presas. Esses documentos revelam que a mobilidade era uma forma de resistência, especialmente para aqueles que lutavam contra o regime estabelecido. Muitas mulheres fugiram de seus locais de origem, onde já eram perseguidas, buscando refúgio em diferentes regiões do país. Os órgãos repressores colaboraram entre si, trocando informações para monitorar e controlar grupos considerados comunistas. Essa categorização incluía qualquer pessoa que se opusesse à ditadura, independentemente de sua filiação partidária.

Durante o período ditatorial brasileiro pós-golpe de 1964, houve uma colaboração entre militares e civis que compartilhavam ideais políticos antidemocráticos e conservadores, incluindo o controle da educação para promover valores patrióticos e cristãos. O apoio a essas ideias foi notadamente forte no setor midiático-empresarial, que facilitou o funcionamento das empresas e fortaleceu o campo conservador. Isso resultou em um aumento das manifestações das camadas menos privilegiadas da sociedade, frequentemente reprimidas pelo governo, especialmente em questões sociais.

Ao analisar os registros dos prontuários policiais a fim de determinar a posição social das mulheres detidas ou sob investigação pela polícia naquela época, constatamos que, 64 pertenciam à classe trabalhadora, 40 eram estudantes, 2 pertencem a ambas as ocupações, tanto trabalhadora, como estudantil. Outras 2 desempenhavam o papel de dona de casa, 2 faziam parte da classe média, e 1 provinha da classe média alta. Contudo, em 29 casos, não foi possível identificar essas informações nos prontuários, deixando lacunas em relação à posição social dessas mulheres em específico.

Os processos educacionais possibilitaram explorar novas experiências e aprendizado, após terem sido predominantemente limitadas ao âmbito privado por

longos anos. Além disso, se considerarmos a educação como um meio de conquistar a liberdade e desafiar a ordem opressiva da sociedade, sobretudo naquele período, a alfabetização e o processo formativo em todos os níveis de ensino, representam, sobretudo para as mulheres com seu histórico de negação escolar, um processo de libertação, que amplia suas perspectivas e conhecimento. Segundo a historiografia da educação brasileira, foram os acessos educacionais que possibilitaram-nas explorar novas experiências e aprendizado, após terem sido predominantemente limitadas ao âmbito privado por longos anos.

Neste sentido e buscando entender o nível formativo e o envolvimento político das mulheres, cujos prontuários foram fontes deste estudo, foram obtidas as informações de que 7 mulheres tinham nível superior educacional no momento em que foram presas e/ou perseguidas. Além disso, há 39 mulheres para as quais não temos informações específicas sobre seu nível educacional. Em relação aos demais níveis de educação, 2 mulheres possuem apenas alfabetização, 1 uma mulher possui "ensino industrial", 13 mulheres possuíam instrução secundária, 1 possui a instrução secundária incompleta, 7 possuíam instrução primária.

No contexto desta pesquisa, o processo de formação foi compreendido não apenas como resultado da educação formal, institucional, mas também como resultado de uma ampla gama de experiências formais e informais. Reconheceu-se que os trajetos formativos individuais e coletivos, que ocorreram além do ambiente escolar, desempenharam um papel crucial na formação política dos militantes que enfrentaram prisões e perseguições. Embora a educação formal tenha exercido uma influência predominante, outras formas de aprendizagem e desenvolvimento foram consideradas fundamentais na construção das identidades políticas e militantes. Nesse contexto, a educação é concebida como "uma arma política nos processos de transformação social" (Vieira e Lage, 2012, p. 03). Através dessas distintas formas de aprendizagem, as mulheres encontraram maneiras de se organizar e enfrentar a violência perpetrada pelo regime militar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, é possível perceber que durante a ditadura militar (1964-1985) em Pernambuco houve uma luta por resistência aos direitos políticos empreendida por diversos setores da sociedade. A partir da pesquisa, dos estudos e documentações, notou-se a participação feminina nos diferentes movimentos sociais. A presença das mulheres militantes representava uma subversão aos padrões tradicionais de gênero, que relega às mulheres um papel secundário na esfera pública. Ao assumirem posições de liderança e engajamento político, essas mulheres desafiaram as estruturas patriarcais.

O número de presas e/ou perseguidas políticas mapeadas neste projeto revela que a luta por resistência aos direitos políticos durante a ditadura militar em Pernambuco foi marcada por uma participação significativa das mulheres, que desafiaram os padrões tradicionais de gênero e assumiram papéis importantes e diversificados nos movimentos sociais, estudantis, sindicatos e até mesmo na luta armada. Infelizmente, por muito tempo, a história oficial negligenciou o papel dessas mulheres, deixando suas vozes e contribuições quase invisíveis nos registros históricos. No entanto, graças a esforços de pesquisadores e movimentos feministas, essas mulheres têm sido retiradas do esquecimento na medida que suas histórias têm emergido para mostrar a importância de sua participação na construção da democracia.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R.A.D.; MENDES, L.M.F.F.; SILVA, F.S. (Org.). Educação na História: Mulheres, Intelectuais E Política. 1. ed. Campina Grande: Eduepb, 2024.

BARRETO, R.A.D.; ARAUJO, M. M. (Org.). **Educação de Mulheres ao Longo dos Séculos XIX e XX**. 1. ed. Campo Grande: Editora Oeste, 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos - Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, v. 10, n. 10, 2004.

COLLING, Ana Maria; JUNIOR, Ary Albuquerque Cavalcanti. Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. **Revista Espacialidades**, [s. l.], v. 15, n. 1, 2019.1

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**: Heloísa, Isolda e outras damas no século XII. Trad. Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MEDEIROS, et al. **Mulher: Militância, Ditadura e Repressão**. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2005.

PERNAMBUCO. **Comissão Estadual da Verdade dom Helder Câmara**. Mortos e desaparecidos políticos/Comissão Estadual da Verdade. Recife: Cepe, 2017.

PERNAMBUCO. **Processos de indenização/CMVDHC**. Recife: Arquivo público estadual Jordão Emerenciano.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina In: **Revista Brasileira de História**, V. 9, no 18, p. 9-18. São Paulo, Ago/Set 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.) **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.